



"Quão Dificil Nos Temos
Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
COMUNICADO NACIONAL 28/09

18 de Dezembro de 2009



Estatuto de participação e consulta junto do
Conselho da Europa e reconhecida junto do
Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias
Parlamentares da NATO e da UEO.



**"Governo Suspende Cortes
nas Reformas dos Militares"**



Sob o título "*Governo suspende cortes nas reformas dos militares*" foi hoje noticiada na primeira página de um jornal nacional a suspensão do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de Outubro, que estabelece o novo sistema retributivo a aplicar às Forças Armadas a partir de 1 de Janeiro de 2010. Esta matéria consta do documento entregue a semana passada ao Ministro da Defesa Nacional aquando da audiência que nos foi concedida. É um dos oito pontos críticos que apresentámos sobre o Decreto-Lei supra citado, que pretendemos que sejam merecedores de igual atenção.

Daqui resulta claramente que quando a Lei é cumprida e todos os parceiros sem excepção são ouvidos, quando existe convergência de esforços das várias partes envolvidas no processo - tutela, chefias militares e associações representativas - os resultados obtidos serão certamente mais consentâneos com as várias vontades expressas sobressaindo um ganho maior não para nenhuma das partes envolvidas em particular, mas para todas elas em geral e, muito principalmente, para o País.

O clima de intranquilidade e mal-estar gerado por legislação produzida numa linguagem ambígua e obtusa em nada contribui para coesão e disciplina das Forças Armadas, factores absolutamente essenciais para um bom desempenho daqueles que juraram servir o País nesta Instituição.

Esta vitória é apenas um pequeno, mas importante passo, nos muitos que a caminhada para um sistema mais justo a todos vai obrigar.

Nesse caminho que estamos obrigados a percorrer encontram-se obstáculos tão diversos como aqueles que se prendem com a profissão militar propriamente dita, tais como a reestruturação das Carreiras Militares ou a Formação, mas também aqueles de carácter assistencial e social, tão importantes para o bem estar moral e físico dos militares e respectivas famílias.

Quando sabemos estarem em fase de trabalho a redução dos efectivos militares e a alteração dos Quadros Orgânicos, quando sabemos estar em fase de aplicação normas do Regime Geral da Segurança Social aos militares pondo em causa a própria Condição Militar, quando sabemos estar em fase de discussão e preparação o próximo Orçamento de Estado, quando sabemos que há ainda por discutir outras alterações ao Sistema Retributivo, reafirmamos a nossa disponibilidade, vontade e determinação de fazer parte do processo construtivo de umas Forças Armadas condizentes com as necessidades actuais.

O resultado hoje noticiado reforça a convicção de algo que tantas vezes temos afirmado: quem luta pode não ganhar mas quem não luta já perdeu!

A Direcção

Lisboa, 18 de Dezembro de 2009